

SESSÕES DO PLENÁRIO

9ª Sessão Especial da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 15 de maio de 2008.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial com a finalidade de fazer a entrega de título de cidadão baiano ao juiz federal, Dr. Pompeu de Souza Brasil.

Convido para compor a Mesa: a Exm^a Desembargadora do TRT, Dr^a Ivana Magaldi, representante do Tribunal Regional do Trabalho; a Exm^a Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Dr^a Lícia de Castro Laranjeira Carvalho; a Exm^a Sr^a Procuradora do Município de Fortaleza, mãe do homenageado, Dr^a Maria Suzana de Souza Brasil; o Exm^o Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Bahia, Dr. Danilo Pinheiro Dias; o diretor do Fórum da Seção Judiciária da Bahia, Dr. Carlos D'Ávila Teixeira; a Corregedora do TRE, Dr^a Cíntia Resende; o Exm^o Juiz do Tribunal Regional Eleitoral, Dr. Pedro Azevedo.

Designo ao Cerimonial conduzir o homenageado, Dr. Pompeu de Souza Brasil, a este recinto.

(O Dr. Pompeu de Souza Brasil adentra ao Plenário.)

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional, executado pelo tecladista sargento Josué e entoado pelo tenor da Polícia Militar, soldado Lima.

(Execução do Hino Nacional.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Convido o deputado Reinaldo Braga, ex-presidente desta Casa, a me substituir aqui na presidência, para que eu possa fazer a saudação ao homenageado.

(O deputado Reinaldo Braga assume a presidência da sessão.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o deputado Marcelo Nilo, presidente desta Casa e proponente desta sessão para outorga do Título de Cidadão Baiano ao Dr. Pompeu de Souza Brasil.

O Sr. MARCELO NILO:- Meu caro presidente dos trabalhos, deputado Reinaldo Braga, ex-presidente desta Casa, também meu querido amigo e decano deste Parlamento, minha cara e querida irmã desembargadora do TRT, Dr^a Ivana Magaldi, minha cara amiga de muitos anos e presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargadora Lícia de Castro Laranjeira Carvalho, procuradora do município de Fortaleza e irmã do homenageado, Dr^a Maria Suzana de Souza Brasil, procurador-chefe da Procuradoria da República na Bahia, Danilo Pinheiro Dias, diretor do Fórum da Seção Judiciária da Bahia,

Dr. Carlos D'Ávila Teixeira, corregedora do Tribunal Regional Eleitoral, Dr^a Cíntia Resende, meu querido amigo e juiz do Tribunal Regional Eleitoral, Dr. Pedro Azevedo, Dr. Pompeu de Souza Brasil, homenageado desta sessão especial, gostaria de saudar a todos os advogados presentes saudando o Dr. Ezequiel, minhas amigas, meus amigos, Srs. Juízes, funcionários do Tribunal de Justiça, do Tribunal Federal e do TRE, (Lê) “o doutor Pompeu de Souza Brasil nasceu em 22 de maio de 1964 em Fortaleza. Ingressou na magistratura federal pouco depois de completar 30 anos de idade, em 30 de maio de 1994, servindo inicialmente no Piauí, seguindo para Roraima e, a partir de outubro de 1998, na Bahia, onde começou trabalhando como titular da 3ª Vara da Secção Judiciária da Justiça Federal em nosso Estado.

Ele se formou na Universidade de Fortaleza e especializou-se em Direito pela mesma universidade, galgando o grau de mestre em Direito Público - com nota máxima - aqui, na Universidade Federal da Bahia.

Professor universitário com passagem em várias escolas de Direito, leciona agora nas faculdades Ruy Barbosa.

O doutor Pompeu atuou também no Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, entre 1995 e 1997, e no Tribunal Regional da Bahia no biênio 2001 a 2003 - inicialmente como juiz auxiliar de propaganda eleitoral e depois, no biênio 2005 a 2007, como membro efetivo daquela Corte, funcionando como corregedor regional eleitoral entre julho e setembro de 2007.

Foi no TRE que travei conhecimento com este homem público exemplar, profissional de conduta ilibada, atuação independente, ativa e erudita, voltada exclusivamente para a Justiça - exemplo do momento absolutamente novo vivido pelo Judiciário da Bahia, seja na esfera federal ou na estadual.

É em homenagem a este trabalho correto que apresentei a esta Casa o projeto de resolução tornando-o - de fato e de direito - cidadão baiano.

Observem que amarguei votos contrários do Doutor Pompeu de Souza Brasil para questões que defendia.

Em sua exitosa carreira ele exerceu também os cargos de diretor do Foro da Seção Judiciária do Piauí, ocupando o mesmo posto aqui na Bahia entre dezembro de 2000 e dezembro de 2002.

Publicou em 1991, em Fortaleza, o livro 'O Processo dos Crimes da Competência do Júri' e diversos artigos em publicações especializadas no Direito, tratando de temas como 'A Problemática do Ensino Jurídico' e o 'Crime Organizado: a Lei e o Simbolismo Penal' ou ainda 'Da Organização Tribal ao Direito Comunitário'.

O Doutor Pompeu de Souza Brasil possui extensa folha de serviços prestados à Justiça do Brasil, em especial no Estado da Bahia, sendo justa a homenagem que esta Casa - que representa todos os baianos - lhe presta neste momento

Meu caro conterrâneo Dr. Pompeu, estou nesta Casa há 17 anos. Sou o deputado que mais utilizou esta tribuna em toda a sua existência, e, salvo engano, foi a primeira vez em que li um discurso. Mas li esse discurso para que a Bahia tomasse conhecimento, através das notas taquigráficas, através da imagem da *TV Assembléia* e da Internet, porque utilizei

pouco dessa prerrogativa que tem o parlamentar de conceder Título de Cidadão Baiano a um companheiro que prestou serviços no nosso Estado em razão de seu amor pela Bahia. Sempre fui exigente nesse critério. Tanto é que, salvo engano, é a segunda vez que apresentei um projeto de resolução desse tipo. Só apresento projeto nesse sentido quando estou convencido de dois fatores: primeiro, que seja uma pessoa digna; e segundo, que seja uma pessoa que ame este Estado.

Como muitos sabem, político desde 1990, militei muito no Plenário do Tribunal Regional Eleitoral, principalmente quando era na Avenida Vasco da Gama. Conheci o tribunal nos momentos difíceis da Justiça do nosso Estado. Mas também conheci o tribunal nos momentos de glória que aquela Casa viveu e vive neste momento. Conheci o Dr. Pompeu até travando divergências, discutindo, mesmo sem ser advogado, mas fruto da minha experiência política e fruto de um pouco de conhecimento da Justiça Eleitoral. Conheci um juiz dos mais digno que vi na minha vida.

Pelo Tribunal Regional da Bahia passaram diversos juízes que deixaram a marca da honradez, da honestidade e da independência. Como o nosso querido doutor, advogado, essa figura que todos amamos, esse advogado que bem representou o Tribunal Regional Eleitoral. Eu considerei que não entreguei um título ao companheiro aqui sentado com esses cabelos brancos, que veio prestar essa homenagem, porque V.S^a é baiano. Mas se fosse de outro Estado, eu também adotaria os mesmos critérios que adotei para o nosso querido Dr. Pompeu, que é essa figura ilibada, essa figura que conheci no Hospital Espanhol. Momentos difíceis. Depois nos encontramos no Tribunal Regional Eleitoral.

Meus parabéns pela grandeza também. Quero prestar homenagem a essa figura íntegra que prestou serviço ao Tribunal que toda a Bahia conhece.

Voltando ao Dr. Pompeu, eu gostaria de dizer que, fruto da minha experiência política há 17 anos nesta Casa, eu passei por momentos de muita emoção. Primeiro, quando tomei posse há 17 anos, quando jurei honrar o cargo de deputado. E durante 17 anos fiquei no mesmo partido. Chegou a emoção também quando assumi a presidência da Assembléia. Cargo dos mais significativos, dos mais honrados para qualquer cidadão baiano. Fiquei muito emocionado quando tomei posse também como governador do Estado no mesmo período. Fiquei muito emocionado quando aprovamos, numa noite histórica nesta Casa, a LOJ – Lei de Organização Judiciária. Três horas da manhã, com diversos desembargadores e juízes no meu gabinete aguardando não o sonho do tribunal, mas o sonho da Bahia de que esta Casa, depois de muitos anos, aprovasse aquela lei.

Fiquei emocionado por diversos momentos, mas este agora, Dr. Pompeu, sem dúvida nenhuma, vai para o meu curriculum como momento importante na minha vida pública. Isto porque, quando apresentamos esse projeto de resolução ele foi aprovado à unanimidade, e olhe que esta é uma Casa plural de forças heterogêneas; de forças do contraditório, de pensamentos políticos distintos, mas esta Casa representa a nossa Bahia, e aqui temos representações de todos os segmentos da sociedade do nosso Estado.

Foi aprovado à unanimidade em votação secreta, porque quando nós solicitamos os pares, e os companheiros sabem que eu só apresento um título de cidadão baiano se eu estiver convencido de que aquela pessoa tem o direito de ser baiano, de ser filho dessa terra

maravilhosa que é a terra de Rui Barbosa e de tantas figuras ilustres que tiveram o prazer de nascer em nosso Estado.

Portanto, quero dizer ao juiz Pompeu que nasceu na nossa querida Fortaleza e que hoje passa a ser baiano não por uma deferência do deputado Marcelo Nilo, não por uma deferência desta Casa, mas por uma decisão política correta de prestar esta homenagem e trazer para o coração da Bahia, repito, um dos homens mais ilustre e mais sérios que eu conheci na vida jurídica, que é o nosso querido Dr. Pompeu Brasil.

E olhe que esta Casa é exigente para concessão de título, não na aprovação, porque na hora da indicação muitos pares, até por uma disputa política, não votam, mas aprovada à unanimidade representa que os companheiros analisaram o curriculum, a pessoa, o juiz, o filho, o pai, o esposo e o cearense que agora, para honra da Bahia, também é baiano.

Meus parabéns e obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Neste momento, quebrando o protocolo, vou conceder a palavra ao Dr. Carlos D'Ávila que fez questão de homenagear o Dr. Pompeu.

Passo a palavra ao Dr. Carlos D'Ávila, pelo tempo que lhe convier, para que também, nesta noite especial e festiva do Parlamento baiano, possa saudar o homenageado.

O Sr. CARLOS D'ÁVILA:- Agradeço, Sr. Presidente, a deferência que V.Ex^a concede à minha pessoa para prestar homenagem ao novel cidadão baiano.

Saúdo o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Marcelo Nilo; o deputado Reinaldo Braga; a Desembargadora do TRT, Dr^a Ivana Magaldi, representando a presidência daquele Tribunal; Sr^a Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargadora Lícia de Castro Laranjeira Carvalho; Sr^a Procuradora do Município de Fortaleza e mãe do homenageado, Dr^a Maria Suzana de Souza Brasil; Sr. Procurador Chefe da Procuradoria da República na Bahia, Danilo Pinheiro Dias; Sr^a Dr^a Cíntia Resende, Corregedorado TRE; Dr. Pedro Azevedo, Juiz do TRE e, finalmente, o Juiz Federal homenageado, Dr. Pompeu de Souza Brasil.

Há momentos da vida em que muito mais que o cumprimento de um dever o homem se sente impelido, conduzido, levado pelo mais fundo sentimento de sua alma, a expor-se, fazendo uso da palavra.

Nesta Assembléia Legislativa da Bahia, o Parlamento dos baianos, a caixa de ressonância de todo o Estado da Bahia, estão presentes na Mesa e no Plenário figuras ilustres: juízes federais, servidores, advogados, procuradores, pessoas que compõem o grande leque de amizades e de conhecimento do Dr. Pompeu.

Nascido no Ceará, e seus dados biográficos foram aqui revelados, vem ele seguindo os passos de muitos nordestinos. Para felicidade nossa, em vez de escolher outro local para morar, resolveu morar na Bahia, tornando-se, assim, não apenas um homem cearense na Bahia, mas um baiano nascido no Ceará. Veio trazendo sua família, seus três filhos e sua mulher, e, certamente, em sua bagagem todos os sonhos de construir aqui uma vida nova.

Talvez para nós, que nascemos e fomos criados nesta terra, a tarefa de iniciar uma vida nova em outro lugar possa parecer romântica, mas é difícil. É difícil quando não se

conhece as pessoas da mesma rua, quando são poucos os conhecidos nos primeiros momentos da jornada. É difícil quando nós temos apenas no coração, na alma, a vontade férrea de prestar um serviço e de transformar o local no lar, no habitáculo de uma existência.

Assim, o juiz federal Pompeu, que participou do mesmo concurso que eu... Estamos aqui eu, ele e Dr. Salomão, somos 3 do mesmo concurso presentes a este Plenário, lembrando os primeiros tempos, quando iniciávamos o nosso caminho na magistratura federal há quase 15 anos. Desde aquele momento tornamo-nos amigos. Essa amizade em momento algum foi estremecida, em momento algum sofreu qualquer ruptura, porque a amizade verdadeira é feita como laço da melhor qualidade, como a têmpera mais duradora. Ela é submetida a todos os testes. É inquebrável, é resistente, é permanente, é gloriosa, porque a amizade feita com a alma e o coração é uma amizade que dura a vida inteira.

A Justiça Federal, como instituição secular dentro da Bahia, viveu aqui um momento especial na sessão em que aqui estivemos, muitos de nós, a sessão especial pela criação do Tribunal Regional Federal da 8ª Região, luta de todos os baianos, não só dos juízes. Encantada pelos parlamentares da Bahia, a Justiça só teve a ganhar com a vinda do juiz Pompeu de Souza Brasil para cá. Ganhou em inteligência, ganhou em cultura, ganhou em firmeza. Mas, o mais importante, ganhou em honra e dignidade. Essas são marcas indeléveis das pessoas sérias, daquelas que nós aprendemos a chamar, Sr. Presidente, homens de bem, porque é tão difícil, hoje, olhar e dizer: este é um homem de bem.

A saga dos retirantes não se encerra e não vai-se encerrar nunca enquanto o País for essa transformação de regiões desiguais, em que as chances não são iguais para todos e há tantos desequilíbrios na distribuição de riquezas e oportunidades. Mas tenho certeza de que o Pompeu não saiu de Fortaleza do carinho de sua mãe, de sua família para explorar vários estados, para viver em vários deles e escolher a Bahia em vão. Ele já estava marcado com o signo da baianidade, o signo da luta, o signo do bom combate.

E a Bahia, hoje, se de fato presta-lhe uma homenagem, meu amigo, não faz nada mais nada menos do que cumprir com a sua obrigação. A Bahia é o primeiro Estado do Brasil, e com a honra de um cachoeirano que lutou pela independência da Bahia, digo-lhe de viva voz: a Bahia é o Estado que melhor abraça todos que aqui vêm. E mais do que isso, sabe reconhecer em homens dignos como você mais um filho no meio de tantos filhos.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de convidar a Srª Maria Suzana, mãe do Dr. Pompeu, a sua esposa Adriane, os seus filhos Israel, Daniel e Eduardo Antônio para juntos entregarmos o Título de Cidadão Baiano ao Dr. Pompeu.

(É feita a entrega do Título de Cidadão Baiano ao Dr. Pompeu.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tenho a satisfação de passar a palavra ao Dr. Pompeu, nosso conterrâneo baiano, pelo tempo que lhe convier.

O Sr. POMPEU DE SOUZA BRASIL:-Exmº Sr. Presidente desta augusta Assembléia Legislativa, deputado Marcelo Nilo, Exmº Sr. Deputado Reinaldo Braga, Exmª Srª

Presidenta do Tribunal Regional Eleitoral, desembargadora Lícia de Castro Laranjeira, Exm^a Sr^a Desembargadora, representando a Presidência do Trabalho da 5^a Região, Dr^a Ivana Magaldi Nilo, Exm^a Sr^a Procuradora do Município de Fortaleza, Dr^a Maria Suzana de Souza Brasil, Exm^o Sr. Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Bahia, Dr. Danilo Pinheiro Dias, Exm^o Sr. Diretor do Fórum da Seção Judiciária da Bahia, Dr. Carlos D'Ávila Teixeira, Exm^a Sr^a Dr^a Cíntia Resende, corregedora do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, Exm^o Sr. Dr. Pedro Azevedo, juiz do egrégio Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, minhas senhoras e meus senhores, me vejo neste momento abraçando cada um dos senhores, mas é um abraço pleno de agradecimento, de reconhecimento e de débito, porque tudo o que recebo agora, tudo o que representa este momento, sobretudo as presenças de V.Ex^{as}, o que o deputado Marcelo Nilo, com a sua iniciativa, me proporciona é algo absolutamente indescritível, talvez até o resto da minha vida eu não possa retribuir ou expressar para todos o que significa para mim.

O protocolo recomenda a leitura de um discurso escrito. Como sou obediente às regras, vou ler um discurso para as senhoras e os senhores, em que tentei sintetizar um pouco do meu sentimento.

(Lê) “Minhas senhoras, meus senhores, vossas presenças aqui, nesta Augusta Casa, avalizam o título que os seus dignos membros deliberaram me outorgar. Então sou-lhes particularmente grato, na mesma medida em que hipoteco imensa gratidão pelo reconhecimento formal de minha cidadania baiana pelas mãos dos Srs. Parlamentares, os quais, mercê de iniciativa do presidente da Assembléia Legislativa da Bahia, deputado Marcelo Nilo, conferem um galardão cujo significado, para mim, talvez jamais possam avaliar em toda a sua dimensão.

Amo minha terra natal, terra de José de Alencar e Raquel de Queiroz, berço de meu sangue e ancestralidade, palco da saga familiar, seguindo a senda que – a exemplo de tantos outros cearenses vezeiramente assomados pelo fascínio de conhecer novos e misteriosos lugares – me conduziu a outras plagas, levando, sempre, a inabalável referência de minhas raízes e origem. A Magistratura, ofício de meu pai, Antônio Eduardo Pompeu de Souza Brasil, falecido antes de poder conferir, neste plano, que o seu exemplo estava sendo palmilhado, foi o que me impulsionou a ganhar o mundo, animado pela sua trajetória e ideal.

Ainda nas águas de 1994 aportei em Teresina, no Piauí, Seção Judiciária também integrante da 1^a Região, cidade de tantos afetos e boas lembranças, e que transformaram 6 meses projetados em 4 anos e meio, sem qualquer pressa de lá remover-me. Ali fui vitaliciado, sendo empós promovido a titular na Seção Judiciária de Roraima. Para esta última não consumiei transferência, sendo mantido em Teresina, com jurisdição prorrogada, justamente porque o colega, daqui da Bahia, que fora para ali promovido havia renunciado à promoção. No ano de 1998 novas Varas Federais foram instaladas no âmbito da 1^a Região, o que ensejou diversos pedidos de remoção de magistrados mais antigos que desejavam retomar às suas bases. Foi o que aconteceu com o juiz que então estava à frente da 3^a Vara da Seção Judiciária da Bahia, Dr. Urbano Berquó, que voltou para sua Goiânia. Pronto. Naquele contexto de minha vida, por algum sortilégio, vislumbrei o meu futuro e

minha sorte, o espaço terreno e social no qual seguiria minha vida, de minha mulher e de meus filhos. E vim para Salvador, assumindo funções regulares no dia 03 de novembro de 1998.

É natural que se pergunte sobre a razão – ou a legitimidade, posto sediar uma Seção Judiciária bastante desejada – de se escolher esta terra para viver. Eu sempre respondo observando que a pergunta embute em si uma redundância: não precisamos desfiar motivos circunstanciais para vir morar aqui. Afinal, viver neste lugar abençoado pela natureza, pela história e pela cultura, dispensa maiores explicações. É assim que esclareço e, ao mesmo tempo homenageio, meus curiosos interlocutores.

Mas o exato é que, afora os encantos da Bahia, os desígnios de Deus e dos Orixás, não tenho fatores endógenos, personalíssimos, justificando minha opção. Salvo a precedência de um antepassado que se formou em turma pioneira da tradicional Faculdade de Medicina da Bahia e ligação pelo casamento de uma familiar ancestral que para cá migrou acompanhando o cônjuge varão no início do século passado, não me tenho aqui tangido pelos motivos costumeiros que explicam uma mudança desse porte. A inamovibilidade dos juízes, primado constitucional, arremata a prova de que a escolha foi livre. Vim pelo que há de bom e visível nesta terra do Senhor do Bonfim e também pelo que é invisível e não me é dado compreender. Mas aceitei e aceito, com intenso regozijo, o destino que o Criador me reservou.

A convicção do meu acerto cintila ante a visão dos amigos com os quais compartilho há dez anos as responsabilidades da 3ª Vara, os atuais e os que por lá passaram. Não encontro outro vocábulo melhor do que "família" para defini-los. Refulge, ainda, quando vislumbro ilustre representação dos alunos da Ruy Barbosa e colegas de magistério, professores, formatando cidadãos do futuro, enfronhados no idealismo tão próprio da juventude e que deve ser sempre cultivado, alimentando a crença transformadora da sociedade. E se consolida quando vejo tantos outros que nos prenderam, a mim e a Adriane, pelos laços do afeto, como os amigos de outros espaços, da Justiça do Trabalho," - aqui tão bem representada pela desembargadora Ivana Magaldi do Ministério Público Federal, pelo Dr. Danilo, instituição onde tenho tantos amigos; do INSS, aqui representado pelo Dr. Frederico Cesário, que também representa meus amigos que aqui se encontram, Francisco, Cláudia e tantos outros; da Caixa Econômica Federal, Dr. Paulo Ricci, Drª Eli; da Justiça Estadual; desembargadores, colegas Magistrados aos quais saúdo na pessoa do Dr. Augusto Bispo, aqui acompanhado de sua esposa - "a simpática e qualificada turma da Assessoria Especial de Recursos; enfim, todos aqui exemplarmente representados. Como merecer o prestígio de vossas presenças?!

Dizem que o filho adotivo é ungido pela escolha amorosa dos pais, o que o difere do filho natural, determinado pelo mistério divino. Sentimo-nos assim, eu e os meus, como os adotivos, pela acolhida e trato que recebemos, nestes dez anos, de vós, baianos, cujos traços de hospitalidade, de bem-querença com o que chega, confirmam o reconhecimento de uma responsabilidade maternal, talvez por ter nascido aqui o próprio Brasil. A Bahia é a terra-mãe de uma nação continental, símbolo das misturas e do bom convívio entre os que, se identificando pela espécie humana, menoscabam qualquer outro tipo de diferença. Nenhum

outro lugar do mundo agrega tão rico caleidoscópio cultural e étnico sem que irrompam graves conflitos sectários, como bem observou STEF AN ZWEIG quando aqui esteve em meados do século XX.

Mas alguém ainda poderia objetar, a par da ressalva quanto à adoção, que não posso jactar-me de ter visto a luz pela primeira vez no mesmo solo que viu nascer RUY BARBOSA, ORLANDO GOMES, ALIOMAR BALEEIRO, TEIXEIRA DE FREITAS, CALMON DE PASSOS, e tantos outros para ficar só n'alguns luminares baianos da ciência jurídica. Essa derradeira objeção, todavia, também tenho-a por superada, pois que, se não pelas dores do parto, mas pelos caminhos da ciência e técnica dos profissionais do Hospital Aliança, também eu acordei para a vida neste torrão, sem que o fosse na maternidade, porém na sala de hemodinâmica daquele conceituado hospital. Isso em fevereiro próximo passado, curiosamente no mesmo ano emblemático em que completo uma década de Bahia e recebo de vós tão extraordinária distinção. Assim, escapando do traiçoeiro enfarto, nasci de novo, e com up grade baiano pulsando no peito.

Mas não posso retribuir a gentileza de vossas presenças com o enfado de uma fala claramente prejudicada pelo aflorar das emoções. Obrigo-me, porém, a compartilhar mais alguns registros. Tenho forte impressão de que as bases do reconhecimento com que hoje sou agraciado são fincadas em méritos que, antes de serem meus, são da minha instituição de origem e de outra, na qual fui transitório em judicatura, mas, para mim, perene nas lembranças de um trabalho profícuo, desenvolvido a várias mãos com colegas e servidores.

Refiro-me à Justiça Federal e ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. A primeira, minha Casa, há mais de 20 anos, da qual posso daqui divisar vários dos seus integrantes, servidores queridos, com os quais tive o privilégio de trabalhar, e colegas, que muito me orgulham em face de um conveniente silogismo: embora o menor de todos, sou também um de vós, arrimando a pretensiosa conclusão de que, tendo-me juntado aos bons, me terei tornado um deles.”

A presença de V. Ex^{as} aqui me eleva a alma por conta desse silogismo.

(Lê): “O gesto desta Assembléia, legítima representação do povo baiano, portanto, materializado na outorga que presentemente me é deferida, me permitam Vossas Excelências a conjectura, sobre representar para mim extremada honraria, transcende a figura deste novo baiano e simboliza, num outro plano, a boa vontade da instituição parlamentar para com a Justiça Federal. Guarda harmonia com a preocupação e o compromisso desta Casa do Povo, já manifestados no último dia 24 de abril, quando, por oportuna iniciativa do deputado Elmar Nascimento, realizou-se neste espaço um debate em torno da criação e instalação do Tribunal Regional Federal da 8ª Região, com jurisdição na Bahia e em Sergipe, em sessão que contou com a presença do governador do Estado em exercício naquela ocasião, deputado Marcelo Nilo, selando o apoio institucional e político ao Projeto de Emenda Constitucional nº 544, em tramitação no Congresso Nacional, cujo êxito, certo como o sol nasce lá na Ponta de Itapuã, irá recuperar a injustificada omissão do Constituinte de 1988.

A segunda instituição à qual devem ser creditados os méritos, que, nessa ocasião, dão suporte ao título com o qual sou premiado, é a Corte Eleitoral da Bahia, nessa assistência

também dignamente representada” pela desembargadora Lícia, por Dr. Pedro, pela corregedora, Dr^a Cíntia, por Dr. Eliezer, pelo Dr. Valéria, enfim, pelo Dr. Ronaldo, por tantos amigos, pelo Dr. Evandro Reimão e tantos amigos, que não tenho como nominar a todos, certamente cometo injustiça.

(Lê): “Senhores, esta Casa Parlamentar configura uma entidade necessariamente plural. Deve reverberar os anseios da sociedade sob os mais variados matizes políticos, contrapondo idéias e depurando o sumo democrático que deve normatizar a vida comunitária. Sem embargo, as tensões da cena político-partidárias muitas vezes são traduzidas em demandas judiciais, que findam desembocando na Justiça Eleitoral, cujo papel é distender pontualmente esses focos, solucionando conflitos sob o enquadramento da Lei e da Constituição. Daí ser indissociável o sentido desta solenidade em relação ao reconhecimento de Vossas Excelências sobre o trabalho que foi e é ali desenvolvido, o que é motivo de festejo para o estado democrático de direito. Quando o Legislativo compreende a missão do Judiciário e, em unívoco tom, abstraindo interesses partidários ou individuais porventura contrariados, adota tal atitude, demonstra que o seu verdadeiro compromisso é, de fato, com o aprimoramento do Estado, o que reflete, sempre, no bem-estar da sociedade. Nesse caso, aliás, a coerência de Vossas Excelências também se revela, como na recente aprovação da Lei de Organização Judiciária, marcando, indelevelmente, a gestão de V. Ex^a, Sr. Presidente, como das que mais contribuíram para essa aproximação entre os Poderes, notadamente o Judiciário, demonstrando a desejável sensibilidade que se espera de uma liderança política responsável.

Às duas instituições, aos seus dirigentes e servidores, ao pessoal da Secretaria Judiciária e Corregedoria do TRE, destarte, credito o mérito mais essencial, concretizado no título que recebo pejo de alegria, mas tendo consciência de que, não fora o fato de reunir este magistrado as especiais circunstâncias que possibilitam a presente outorga, poderia ser qualquer um de meus pares, numa e n'outra Casa, o agraciado, com maior merecimento até, todos destinatários legítimos da benemerência institucional.

Minhas senhoras, meus senhores, celebrei um pacto de brevidade e receio estar descumprindo-o, abusando de vossa paciência. Mas não iria me furtar de, empós realçar o arcabouço profissional que me credenciou, mercê da colaboração de muitos, a receber o título de Cidadão Baiano, revelar a vós o amálgama de minha existência. Se minha admiração pela magistratura herdei de meu pai, já nominado, os valores mais caros de minha personalidade - incipientes e mal-copiados, reconheço - os recebi de minha mãe, MARIA SUSANA DE SOUZA BRASIL, referência maior de tenacidade e virtude, fazendo com que eu e meus irmãos, aqui representados pelo irmão-pai, EDUARDO POMPEU e sua ÂNGELA, crescêssemos com a certeza de que em seu colo sempre encontraríamos abrigo e refúgio, ainda que o mundo viesse abaixo. Minha mãe, vosso testemunho nesta ocasião potencializa o seu significado, dando um sentido, inclusive, de prestação de contas por tudo que recebi da vida por v. intermédio. E fica a eloqüente mensagem de que o povo da Bahia, de tantas receitas inigualáveis, também aprovou a sua.

Estendo sincero reconhecimento à minha sogra, ISABEL DORACY, e a meu sobrinho, NÉLCIO - este portando o nome de outra grande referência da minha vida, meu

falecido sogro, NÉLCIO SOUZA SOARES, médico humano e solidário, que, sobre deixar um exemplo de humanidade na prática do seu ofício, confiou-me uma filha, minha ADRIANE, parceira de todas as horas, cúmplice de todos os sonhos e projetos, cara-metade responsável pelos meus acertos, e absolvida de meus erros, porque estes, tantos, os cometi quando variei de sua intuição e bom senso.

Minha peroração dirige-se, enfim, a ISRAEL, DANIEL e EDUARDO, meus filhos, e também MANUELA, advertindo-os de que a responsabilidade que me onera os ombros com a outorga do Título de Cidadão Baiano de certa forma também se estende à descendência, enlaçando-os no compromisso de bem servir à comunidade na qual estamos inseridos, exercendo a cidadania com dignidade e compromisso, sobretudo em favor dos que mais precisam. É a outra face desse grave reconhecimento, pois que não apenas do apreço dos amigos e das pessoas que nos manifestam um gesto de boa-vontade se fartará o vínculo hoje celebrado. Há que pensar na vida que ainda virá e no que podemos fazer para transformar as cruéis diferenças, que ainda permeiam entre nós, em justiça social.

É com os olhos fixos nesse propósito que buscarei retribuir a Vossas Excelências, Senhores Deputados, de legatários que são da voz do povo. Será por meio dos mais humildes, importante parcela dos que agora são também meus conterrâneos, que tentarei responder a tudo que recebo neste momento. O dever constitucional de ajudar a construir uma sociedade livre, justa e solidária é o prumo sob o qual estarão mobilizadas minhas energias e meu trabalho, enquanto saúde tiver. Assim, quem sabe, até o fim da vida eu possa me sentir merecedor da honraria que me concedem, seguindo a observação de SARTRE: 'O importante não é o que fazem do homem, mas o que ele faz do que fizeram dele.'

Concluo voltando-me aos céus, recitando breve oração em agradecimento, pela primeira vez com a legitimidade mais autêntica dos baianos, e por que sei que tudo que acontece agora, vossas presenças e o intenso júbilo que sinto, ou uma folha que cai lá fora, só o é pela permissão do Altíssimo.

Glória a Ti, neste Dia de Glória,

Glória a Ti, Redentor que nossos pais conduziste à vitória;

Pelos mares e campos baianos, Nessa Sagrada Colina.

Muito Obrigado!!!” (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ouviremos a música “Na Baixa do Sapateiro”, de Ary Barroso, com o tecladista Josué, sargento da PM, acompanhado pelo tenor Lima, soldado também da Polícia Militar.

(Apresentação Musical.)

(Continuação da apresentação musical.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de pedir desculpas ao juiz federal Evandro Reimão por não tê-lo convidado para a Mesa, realmente foi uma falha do Cerimonial. Não vimos a presença do juiz, que representa o Tribunal Regional Federal no TRE. Então, gostaria de pedir desculpas.

Gostaria de agradecer a presença de todos os juízes da 1ª Região do TRF, Dr. Rosman, Drª Carla, Drª Sandra, Drª Daiana, Dr. Salomão, Drª Cíntia, Drª Nilza, Dr. Ailton, Drª Rosana, Dr. Evandro, Dr. Scarpa, Dr. César; Drª Cláudia, Dr. Cristiano, Dr. Pedro Braga e Dr. Wilson.

Em nome do Poder Legislativo, gostaria de agradecer a presença de todos nesta sessão especial de entrega do Título de Cidadão Baiano ao Dr. Pompeu Brasil e dizer que foi uma alegria para este Parlamento esta noite, este dia especial.

Agradeço a todas as autoridades civis, militares, a todos que vieram prestar essa homenagem ao novo baiano, Dr. Pompeu Brasil.

Muito obrigado.

Está encerrada a sessão.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br>. Acesse ao caminho Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias e

l
e
i
a
-
a
s

n
a

í
n
t
e
g
r